

» Entrevista | **JEAN-MARC BERTHON** | EMBAIXADOR DA FRANÇA PARA DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTQIA+

Diplomata considera que a mensagem do país — que, segundo ele, avança no tema mais do que várias nações progressistas — na comunidade internacional tem força para ecoar em cantos do mundo nos quais a homossexualidade sofre implacável perseguição

# “Brasil pode ter grande papel”

» VINICIUS DORIA

**V**anguarda na defesa dos direitos da população LGBTQIA+, a França tem, desde 2022, um embaixador dedicado exclusivamente ao tema, cuja missão é trabalhar “pelo respeito dos direitos e das liberdades” dessa comunidade “dentro da rede da diplomacia francesa”. Na prática, o embaixador Jean-Marc Berthon faz ecoar, em escala global, debates sobre a violência contra homossexuais e transexuais e, ao mesmo tempo, estimula o compartilhamento de experiências internacionais e de políticas públicas em áreas como segurança, saúde e imigração, por exemplo. No ano passado, o país criou um fundo de R\$ 10 milhões para que as embaixadas da França possam financiar projetos de defesa dos direitos dos LGBTQIA+. Foi para falar sobre essas questões que Berthon conversou com o *Correio*, na representação do país europeu em Brasília.

O senhor ocupa um cargo que tem como um dos objetivos dar visibilidade a uma causa, a defesa dos direitos da população LGBTQIA+. Como o suporte do governo da França está conseguindo amplificar esse debate?

Já temos resultados. Países que planejavam adotar legislações muito repressivas para a população LGBT renunciaram, graças ao trabalho da França. Estamos conseguindo trabalhar, sobretudo em mais casos individuais, mais preocupantes, pessoas que são perseguidas em função da orientação sexual, de gênero, que precisam ser protegidas — e nós protegemos — e, às vezes, precisam ir para a França. Também ajudamos ONGs, associações. Criamos um fundo com muitos milhões de euros para isso, o que nos permite financiar projetos na África, no Oriente Médio e na Ásia.

E qual o papel que o Brasil pode desempenhar nesse esforço para assegurar direitos e segurança para essas pessoas?

Pode ter um papel muito grande. Tem uma responsabilidade particular porque a voz do Brasil é ouvida no mundo todo. Aqui, nas Américas, é claro, pois ainda há países que punem a homossexualidade na América Central e no Caribe, e pode ter um papel importante na África. Metade dos países africanos criminaliza a homossexualidade. O Brasil é muito presente na

Marcelo Camargo/Agência Brasil



**(O Brasil) tem uma responsabilidade, sua voz é ouvida no mundo. Metade dos países africanos criminaliza a homossexualidade. O Brasil é muito presente na África e essas mensagens podem ser ouvidas”**

**Tenho o sentimento de que o Brasil está avançando e, em alguns assuntos, é mais avançado do que muitos países progressistas. A transição de gênero no Brasil é mais fácil do que em muitos países”**

África, passa mensagens sobre essa questão LGBT e essas mensagens podem ser ouvidas.

**O Brasil pode ser uma ponte com o Sul Global, em que as reações a esse debate são maiores?**

Em alguns países, dizem que a homossexualidade não existe localmente, que é um vício ocidental, que são os ocidentais que exportam a homossexualidade. E, por isso, seriam os ocidentais os únicos interessados nessa questão. Temos que combater essa visão, que é falsa, claro. É uma armadilha política. A homossexualidade existe no mundo inteiro, e não só nos países ocidentais, que reconhecem e protegem as comunidades LGBTQIA+. É uma questão de respeito aos direitos humanos.

**O Brasil é visto como um país amigável para comunidade LGBTQIA+. Mas ostenta índices de violência contra a essa população muito altos. Contra as pessoas transgênero, é o país que mais mata. Como o senhor avalia esse paradoxo?**

Não tenho explicação. Há um nível de violência elevado e a violência contra as pessoas trans está nesse contexto. Uma segunda observação é que a sociedade está muito polarizada. Há um movimento progressista de um lado e, do outro, forças mais conservadoras. Os dois movimentos se

interagem. Quando há um progresso de um lado, há a reação do outro.

**A extrema direita, no mundo todo, está se apropriando desse debate para aumentar a cisão social e a polarização política?**

Temos observado isso nas Américas, assim como na Europa. Na França, temos uma sociedade menos polarizada e o tema LGBTQIA+ tem mais consenso. Adotamos o casamento homoafetivo em 2011. Teve muita oposição, mas, hoje, todas as camadas da sociedade aceitam, virou um consenso.

**Há cada vez mais pessoas públicas e celebridades declaradamente homossexuais. O presidente da França, Emmanuel Macron, nomeou recentemente um primeiro-ministro gay, o jovem Gabriel Attal. No Brasil, temos o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, um senador, Fabiano Contarato (PT-ES), além das deputadas Erika Hilton (PSol-SP) e Duda Salabert (PDT-MG), igualmente conscientes do papel que exercem para dar visibilidade à comunidade LGBT. Estamos avançando?**

O Brasil progrediu bastante nos últimos anos, há uma aceitação maior nesse sentido. E vai continuar nas próximas décadas. É claro que há debates, alguns

muito duros, mas tenho o sentimento de que o Brasil está avançando e, em alguns assuntos, é mais avançado do que muitos países progressistas. Veja a questão da população trans. A transição de gênero no Brasil é mais fácil do que em muitos países, é baseada na auto-identificação.

**Com base nas conversas com autoridades do governo e representantes da sociedade civil, qual a impressão que o senhor leva para a França sobre o Brasil?**

Conversei sobre a situação internacional e como o Brasil vem tratando esse problema. Na questão internacional, senti uma disposição muito grande das autoridades brasileiras de retomar o combate à criminalização universal dos direitos das pessoas LGBT. Em novembro passado, o Brasil aderiu à coalizão de 43 países engajados da defesa dos direitos das pessoas LGBT, que são direitos humanos. Conversando, vi que as pessoas estão bem dispostas a compartilhar (experiências) a respeito de nossas políticas públicas. Tratamos da capacitação de agentes públicos. Isso é muito importante para que não haja discriminação e para que possamos trabalhar as questões sobre polícia e saúde. Falamos de outros temas de cooperação — como internet e conteúdos de ódio nas redes sociais.

**» Brasília sedia “Marsha” Trans**

Brasília sediou, ontem, a primeira “Marsha” Trans do Brasil, em comemoração aos 20 anos do Dia da Visibilidade Trans — celebrado hoje. O nome do movimento é em homenagem à ativista trans e artista norte-americana Marsha P. Johnson — que teve papel central na Revolta Stonewall, em Nova York em 1969, que marcou o primeiro levante pelos direitos da comunidade LGBTQIA+. Em São Paulo, também em reconhecimento à data, aconteceu a VIII Caminhada Trans, na Avenida Paulista. As deputadas federais Erika Hilton (PSol-SP) e Duda Salabert (PDT-MG) foram escolhidas como madrinhas da manifestação. Ambas são as primeiras mulheres trans a ocuparem cadeiras no Congresso.

**Com relação, especificamente, à atuação policial, o que a França pode nos mostrar como política exitosa?**

O que fazemos bem é ter um controle muito grande dos atos anti-LGBT. Nisso, a gente pode oferecer a nossa experiência. Instalamos pontos de referência LGBT nas delegacias e decidimos capacitar 100% dos policiais para que acolham melhor as queixas dessa população.

**E o que o senhor identificou, no Brasil, como políticas públicas que podem ser adotadas por outros países?**

Falei dos direitos das pessoas trans, por exemplo, que estão bem claros. O quadro jurídico é bem avançado e pode inspirar muitos países.

**O futuro que o senhor antevê é otimista em relação ao respeito aos direitos da população LGBT?**

Enfrentamos uma polarização muito forte no mundo. Há países que avançam rapidamente. Todo ano aparece um país que discriminaliza (a homossexualidade). E há mais países que avançam do que países que regredem. É normal ficar indignado com coisas que não funcionam, mas temos que reconhecer que há mais dados positivos acontecendo do que negativos. É isso que alimenta meu otimismo.



ROBERTO BRANT

**AQUI NA AMÉRICA DO SUL, UM EXEMPLO É A ARGENTINA, QUE VIVE, NA VERDADE, UMA ETAPA MAIS AVANÇADA DA POLARIZAÇÃO TOTAL, QUANDO OS DOIS POLOS CAMINHARAM PARA OS EXTREMOS E NÃO PARECE HAVER MAIS ESPERANÇA DE UMA SOLUÇÃO POLÍTICA QUE EVITE O ABISMO**

## Universos paralelos

É hoje consensual o reconhecimento de que a sociedade brasileira, nos últimos 10 anos, se tornou muito polarizada e que essa polarização está formando raízes no tecido social, produzindo o que se pode chamar de calcificação das diferenças. Um livro lançado recentemente, de autoria de dois estudiosos da vida política brasileira, Thomas Traumann e Felipe Nunes, com o sugestivo título de *Biografia do Abismo*, descreve com precisão o processo e desvela suas consequências para a vida das pessoas e para o funcionamento da política.

A política nasce por causa das diferenças de opiniões entre as pessoas. Onde não há divergência, não há necessidade da política que, na sua melhor defi-

nição, é o processo de arbitragem pacífica das diferenças por meio de um sistema de acordos e compromissos.

Nesse sentido, em todas as sociedades livres e democráticas, há sempre algum grau de polarização. No Brasil, sempre convivemos com a existência de lados opostos operando no interior do Estado, salvo durante a ditadura do Estado Novo, de Getúlio Vargas, e a ditadura militar de 1964 a 1985.

O que há de novidade na polarização recente é que as diferenças políticas estão extravasando a esfera do político e abrangendo a totalidade da vida — o campo das emoções, dos afetos, da visão do mundo — e, desse modo, definindo a própria identidade das pessoas. Se o

processo prosseguir na sua marcha, em breve vamos ter dois países, numa convivência difícil e cada vez mais desesperada.

Nesse caso, desaparece a cooperação social e o Estado tende a ficar paralisado, impotente e incapaz de enfrentar e resolver os problemas reais. Até porque, não haverá acordo sobre quais serão realmente esses problemas.

Essa difícil realidade não é um privilégio brasileiro. Outras sociedades estão vivendo situações semelhantes, cada uma à sua maneira. Aqui na América do Sul, um exemplo é a Argentina, que vive, na verdade, uma etapa mais avançada da polarização total, quando os dois polos caminharam para os extremos e não parece haver

mais esperança de uma solução política que evite o abismo.

O país mais rico e poderoso do Ocidente, os Estados Unidos, vive uma polarização muito mais avançada e completa do que a nossa, com duas populações que não tem mais nada em comum senão a língua inglesa. Lá a polarização está de tal modo consolidada que numa federação de 48 estados, as eleições são decididas invariavelmente em apenas seis ou sete. Quase todo o país está enraizado em sua visão do mundo e nada parece ser capaz de produzir a menor mudança.

Entre o Brasil e os EUA há, no entanto, uma diferença essencial. Na América, o sistema político reflete com fidelidade a polarização existente na

sociedade, com os dois partidos representando as duas populações e suas diferenças. Em função da legitimidade da representação, a polarização pode ser resolvida por meio do sistema político e as populações em conflito percebem que sua voz não se perde no vazio.

Conflitos políticos duradouros são sempre um risco existencial, mas se alguma solução pode haver antes que as coisas saiam do controle, esta solução é a própria política. O estado de coisas na América é fruto dos excessos das facções mais extremadas. Em algum momento, esses extremos podem perder força e o centro político pode se reagrupar.

No Brasil, a divisão que existe na sociedade não encontra correspondência no sistema

político, nos partidos ou no Parlamento. Das 33 legendas, raros têm algum programa partidário e quase todos, independentemente do que pensam ou desejam seus eleitores, gravitam em torno do governo — qualquer Governo. Mesmo os falsos atritos que provocam, não passam de meras manobras táticas para a garantia de recompensas. Governo e oposição, terminadas as eleições, não perdem tempo em formar um condomínio para compartilhar os cargos e recursos do poder.

Por essa razão, a polarização na sociedade brasileira não tem solução nos quadros da política, porque sociedade e política são dois universos paralelos. Quando falham as instituições, tudo pode acontecer.